

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.759.749 - SP (2018/0203892-4)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : DOMINGAS FERREIRA DE JESUS  
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
JAIRO SALVADOR DE SOUZA - DEFENSOR PÚBLICO -  
SP258380  
RECORRIDO : SELECTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A - MASSA FALIDA  
ADVOGADO : JORGE TOSHIHIKO UWADA - ADMINISTRADOR JUDICIAL  
- SP059453  
INTERES. : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
INTERES. : MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

### DECISÃO

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO DE DEMANDAS COM PEDIDOS ILÍQUIDOS CONTRA MASSA FALIDA EM LITISCONSÓRCIO COM PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA FAZENDA PÚBLICA. EXCEÇÃO AO JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA. TEMA JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS: RESP 1.643.873/SP, REL. MIN. OG FERNANDES. RECURSO ESPECIAL A QUE SE DÁ PROVIMENTO.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por DOMINGAS FERREIRA DE JESUS, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da CF/1988, objetivando a reforma do acórdão proferido pelo egrégio TJSP, assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO COMPETÊNCIA AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MATERIAIS E MORAIS JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA Somente as ações ajuizadas antes da decretação da falência prosseguem no juízo de origem Ação, objetivando indenização por danos materiais e morais, ajuizada após o decreto de falência, sob a égide da antiga Lei de Falências (Decreto-lei n.º 7.661/45) Massa falida que é litisconsorte passiva Competência do Juízo Universal da Falência Precedentes desta Corte Decisão agravada mantida Recurso desprovido.*

2. Em seu Apelo Nobre, a parte recorrente aponta, além da divergência jurisprudencial, violação dos arts. 60., § 1o., e 76 da Lei 11.101/2005, bem como do art. 24, § 2o., II do Decreto 7.661/1945. Sustenta, em síntese, que o caso dos

# Superior Tribunal de Justiça

autos não é atraído para o juízo falimentar, por se tratar de demanda referente à obrigação ilíquida.

3. É o breve relatório.

4. No julgamento do REsp. 1.643.873/SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos, a Primeira Seção desta Corte firmou o entendimento de que *a competência para processar e julgar demandas cíveis com pedidos ilíquidos contra massa falida, quando em litisconsórcio passivo com pessoa jurídica de direito público, é do juízo cível no qual for proposta a ação de conhecimento, competente para julgar ações contra a Fazenda Pública, de acordo as respectivas normas de organização judiciária.* A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DE DEMANDAS CÍVEIS ILÍQUIDAS CONTRA MASSA FALIDA EM LITISCONSÓRCIO COM PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. JURISPRUDÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO DESTA STJ QUANTO AO PRIMEIRO ASPECTO DA DISCUSSÃO. INCIDÊNCIA DO ART. 6º, § 1º, DA LEI N. 11.101/2005. COMPETÊNCIA DO JUÍZO CÍVEL COMPETENTE PARA O EXAME DA AÇÃO DE CONHECIMENTO. EXCEÇÃO AO JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA. CONSTANDO DO POLO PASSIVO DE DEMANDA ILÍQUIDA, ALÉM DA MASSA FALIDA, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, DEVE SER FIXADA A COMPETÊNCIA EM FAVOR DO JUÍZO DA FAZENDA PÚBLICA, SEGUNDO AS NORMAS LOCAIS DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 1.036 E SEGUINTE DO CPC/2015, C/C O ART. 256-N E SEGUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO STJ.*

1. O fundamento essencial desta demanda diz respeito à competência para julgar demandas cíveis ilíquidas contra a massa falida quando no polo passivo se encontram, como litisconsortes passivos, pessoas de direito público, no caso, o Estado de São Paulo e o Município de São José dos Campos. Assim, este feito que, em tese, estaria na jurisdição da Segunda Seção deste STJ, caso o litígio fosse estabelecido apenas entre a massa falida e uma pessoa de direito privado, foi deslocado para esta Primeira Seção, em vista da presença no polo passivo daquelas nominadas pessoas jurídicas de direito público.

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. *A jurisprudência da Segunda Seção desta STJ é assente no que concerne à aplicação do art. 6o, § 1o, da Lei n. 11.101/2005 às ações cíveis ilíquidas - como no caso em exame -, fixando a competência em tais casos em favor do juízo cível competente, excluído o juízo universal falimentar. Precedentes: CC 122.869/GO, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 22/10/2014, DJe 2/12/2014; CC 119.949/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 12/9/2012, DJe 17/10/2012.*

3. *A Quarta Turma desta Corte Superior, por ocasião do julgamento do AgRg no REsp 1.471.615/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, julgado em 16/9/2014, DJe 24/9/2014, assentou que se fixa a competência do juízo cível competente, por exclusão do juízo universal falimentar, tenha sido, ou não, a demanda ilíquida interposta antes da decretação da quebra ou da recuperação judicial: "A decretação da falência, a despeito de instaurar o juízo universal falimentar, não acarreta a suspensão nem a atração das ações que demandam quantia ilíquida: se elas já tinham sido ajuizadas antes, continuam tramitando no juízo onde foram propostas; se forem ajuizadas depois, serão distribuídas normalmente segundo as regras gerais de competência. Em ambos os casos, as ações tramitarão no juízo respectivo até a eventual definição de crédito líquido." 4. Aplicada a jurisprudência da Segunda Seção desta Corte Superior, no que concerne à relação jurídica prévia - competência para resolver sobre demandas cíveis ilíquidas propostas contra massa falida -, a resolução da segunda parte da questão de direito se revela simples. É que, tratando-se de ação cível ilíquida na qual, além da massa falida, são requeridos o Estado de São Paulo e o Município de São José dos Campos, pessoas jurídicas de direito público, será competente para processar e julgar o feito o juízo cível competente para as ações contra a Fazenda Pública, segundo as normas locais de organização judiciária.*

5. *Tese jurídica firmada: A competência para processar e julgar demandas cíveis com pedidos ilíquidos contra massa falida, quando em litisconsórcio passivo com pessoa jurídica de direito público, é do juízo cível no qual for proposta a ação de conhecimento, competente para julgar ações contra a Fazenda Pública, de acordo as respectivas normas de organização judiciária.*

6. *Recurso especial conhecido e provido.*

7. *Recurso julgado sob a sistemática do art.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*1.036 e seguintes do CPC/2015 e art. 256-N e seguintes do Regimento Interno deste STJ (REsp. 1.643.873/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 19.12.2017).*

5. No caso dos autos, no entanto, o Tribunal de origem concluiu pela competência do juízo universal da falência, razão pela qual o recurso deve ser provido para se adequar à tese firmada por esta Corte Superior.

6. Ante o exposto, dá-se provimento ao Recurso Especial de DOMINGAS FERREIRA DE JESUS para reconhecer a competência da 2a. Vara da Fazenda Pública de São José dos Campos.

7. Publique-se.

8. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR